

Mulheres escravas em posições de chefia na economia rural romana:

uma análise das *uilicae* nos tratados latinos sobre o campo.

José Ernesto Moura Knust

Professor de História do IFFluminense-Macaé, doutor em História pela UFF e membro do Niep-Marx-Prék/UFF.

Resumo:

As melhores fontes que temos para estudar a economia das propriedades rurais da classe dominante romana, os tratados sobre o campo de Catão, Varrão e Columella, dão grande peso às hierarquias quando tratam dos trabalhadores, sobretudo quando especificam que se referem a trabalhadores escravizados. Entre as figuras em posição de chefia que aparecem nestes tratados, encontra-se uma posição especificamente feminina, a *uilica*. De maneira geral, esta figura recebeu pouca atenção da historiografia, sendo considerada uma posição relacional determinada pela figura do *uilicus*, essa sim central nas análises tradicionais sobre a economia rural romana. Nesta perspectiva, a *uilica* não seria nada mais que a esposa do *uilicus*. Os estudos da historiadora austríaca Ulrike Roth, porém, colocaram convicentemente esta premissa abaixo. Este texto busca apresentar esse debate e fazer considerações a partir do estabelecido pela pesquisa de Roth.

A economia romana era uma economia agrária. Isso tem por consequência, entre outras coisas, que a classe dominante romana tinha em formas diversas de exploração do trabalho agropastoril uma de suas fontes fundamentais para a reprodução de sua condição social¹. Um elemento central para isso era seu controle sobre vastas porções de propriedades privadas de terra – fossem grandes latifúndios, fossem conjuntos de muitas terras de menor dimensão. Essa classe dominante era, contudo, eminentemente urbana, sendo as cidades romanas um *locus* fundamental de articulação do seu poder político. Diante disso, essas classes dominantes organizavam formas diversas de exploração absenteísta dessa propriedade da terra.

¹ Garcia MacGaw, Carlos. “The Slave Roman Economy and the Plantation System”. In Laura Graca e Andrea Zingarelli (org.). *Studies on Pre-Capitalist Modes of Production*. Leiden: Brill, 2015.

Pelo que os textos antigos nos permitem saber, duas formas básicas de exploração absenteísta coexistiam, e eventualmente se mesclavam: o estabelecimento de camponeses livres ou escravizados como produtores arrendatários de uma parcela de terra ou a organização de um empreendimento produtivo baseado em trabalhadores fixos escravizados e trabalhadores sazonais contratados entre os camponeses da vizinhança. Em ambos os modelos, e nas suas variações mistas, parece ter havido um elemento fundamental para a administração das atividades produtivas e controle dos trabalhadores: a hierarquia de chefes que administram o trabalho². Nas melhores fontes que temos para estudar a realidade dessas propriedades, os tratados sobre o campo escrito por membros dessa classe dominantes, a saber Catão, Varrão e Columella, praticamente todas as passagens que se referem a trabalhadores trazem menção a alguma figura de chefia.

O destaque à hierarquia e à chefia nas prescrições desses autores precisa ser entendido dentro do quadro econômico, político e ideológico da aristocracia romana. Isto significa que o contexto político-ideológico e as preocupações práticas da administração do trabalho escravo não podem ser vistos como excludentes ou mesmo divergentes na construção das estruturas conceituais presentes na composição dos tratados. Assim, em uma sociedade tão marcada pelo patriarcalismo e pela preocupação com hierarquias, não é surpreendente que este aspecto seja enfatizado nos tratados, reproduzindo conceitos e abordagens recorrentes em outras temáticas. Isto é, estes elementos conceituais centrais na cosmovisão das classes dominantes romanas se concretizam discursivamente quando seus membros compõem reflexões sobre aspectos diversos da vida, e sua presença nos discursos sobre a administração do trabalho também precisa ser compreendida dentro destes quadros.

Isso não significa, contudo, que o problema da chefia e da hierarquia não respondesse a necessidades pragmáticas da administração da mão-de-obra. Frente à necessidade de os senhores de terra serem absenteístas, a importância da chefia é gigantesca. Jerzy Kolendo afirma que é a estrita vigilância que permite o escravismo se tornar uma forma de trabalho bastante eficiente e produtiva³, e esta vigilância, no caso de um senhor absenteísta, precisa, entre outras coisas, de um sistema hierárquico de chefias. Além da produtividade, a forma de vigilância permitida por este sistema de chefia garantia outras vantagens para o sistema escravista, especialmente na questão do controle.

² Maróti, Egón, "The Vilicus and the Villa-System in anient Italy". *Oikumene*, vol.1, 1976.

³ Kolendo, Jerzy. *L'agricoltura nell'Italia romana: tecniche agrarie e progresso economico dalla tarda repubblica al principato*. Roma: Riuniti, 1980, p.198-199.

Silvia Hunold Lara, em um trabalho sobre fazendas escravistas na região de Campos dos Goytacazes, mostrou a importância do feitor como figura de mediação da violência entre o senhor e o escravo. Segundo a historiadora brasileira, o feitor era uma figura da violência e de regulação do trabalho, servindo de intermediário na relação senhor-escravo. Essa intermediação era importante por permitir o afastamento do senhor do exercício direto da violência, que inclusive permitia o senhor agir como pessoa a quem os escravos apelavam em caso de abusos do feitor⁴. Ou seja, este papel de intermediário dos chefes na aplicação da violência permite ao senhor não só se afastar da aplicação direta da violência, mas servir como uma espécie de árbitro de possíveis conflitos entre o aplicador da punição, o chefe, e os escravos.

Dessas figuras, a mais recorrente é o encarregado pela administração da propriedade, designado pelo termo latino *uilicus*. Ele é normalmente associado com a condução do trabalho fixo dos escravos numa propriedade não-arrendada, mas podiam ser utilizados também para fiscalizar a produção de arrendatários⁵. A presença dos *uilicus* nos tratados de agronomia romanos, assim como em diversos outros textos que fazem menção ao mundo rural, é bastante marcante, mostrando sua grande importância. Porém, estes não eram as únicas posições de chefia mencionadas nestes tratados: termos como *uilica*, *epistatae*, *magister pecoris* e *custos* também se referiam a posições de autoridade frente aos trabalhadores.

A identificação desses chefes como escravos é bastante usual na historiografia, mas não pode ser tomada como pacífica a partir de uma leitura simples dessas fontes históricas, dado que elas não fazem uma associação tão direta entre o cargo e o estatuto jurídico. De toda forma, tendo o *uilicus* como referência primordial, pois é sobre o chefe que temos mais informações, é possível afirmar que esses chefes deviam realmente tender a ser escravos em sua grande maioria. Rhona Beare, em um pequeno artigo bastante citado, mostrou que a referência mais utilizada para se contestar esta identificação (isto é, para se falar em *uilici* livres), uma passagem de Columella que se refere a *mercennarii* empregados como *uilici*, na verdade não sustenta tal proposição. Segundo Beare, o mais provável é que tais *mercennarii* fossem escravos, ou no máximo libertos, “alugados”⁶. Porém, a conclusão de Beare, de que os *uilici* nunca eram livres de nascimento, é

⁴ Lara, Silvia Hunold. *Campos da Violência*. Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1988, p.166.

⁵ Carlsen, Jesper. *Vilici and Roman Estate Managers until AD 284*. Roma: L’Erma di Bretschneider, 1995, p.104ss.

⁶ Rhona Beare, “Where Bailiffs ever free Born?”. *The Classical Quarterly*, Vol.28, nº 2, 1978.

considerada abusiva por outros historiadores que se debruçaram sobre o tema, especialmente Walter Scheidel, que identificou inscrições no norte da África que apontam *uilicus* de origem livre⁷. Assim, mesmo que, de fato, os *uilici* sejam identificados nas fontes prioritariamente como escravos, as evidências sobre *uilici* livres precisam ser tratadas com cautela, não podendo ser desconsideradas de antemão⁸.

Nos tratados, não existem informações diretas que nos permitam ser categóricos em afirmar que os *uilici* eram escravos. Ao falar dos trabalhadores empenhados no trabalho agrícola (em geral, não só o *uilicus*), estes textos se referem majoritariamente à função ou especialização destes⁹. Porém, Said El Bouzidi corretamente considera que, se realmente não podemos encontrar nesses autores uma identificação direta do *uilicus* com o *estatuto jurídico* servil, claramente há uma aproximação deste com uma *condição* servil: ele age apenas segundo as ordens do senhor, não estabelece qualquer relação (seja com outras pessoas seja com o divino) sem a permissão do senhor, aceita a mulher que o senhor escolhe para ele, entre outros pontos¹⁰. O mesmo pode ser estendido para as outras posições de chefia que aparecem nos textos antigos.

Neste trabalho me deterei especificamente sobre a figura da *uilica*, uma escrava em posição de chefia. Diante da dificuldade que temos para visualizar a figura feminina no contexto do trabalho rural imposta pelo silenciamento das mulheres pelos textos antigos, essa figura emerge como um estudo de caso importantíssimo, dado que sobre ela existem informações significativas. É verdade que Varrão faz menções sem qualquer profundidade, citando-a apenas em referência aos problemas que o conselho de Catão sobre quantos escravos ter em uma propriedade causaria. Catão, porém, dedica todo um capítulo, o CXLIII, a considerações sobre ela, que começa com obrigações do *uilicus* sobre a *uilica*, mas que é dedicado em sua maior parte às obrigações da própria *uilica*. Columela, por sua vez, dedica todo um livro, o décimo segundo, à *uilica*, sendo que as considerações sobre a *uilica* propriamente dita ocupam os quatro primeiros capítulos desse livro, enquanto os capítulos seguintes são uma sequência de receitas de tipos variados.

⁷ Walter Scheidel, "Free-Born and Manumitted Bailiffs in the Graeco-Roman World". *The Classical Quarterly*, Vol.40, nº 2, 1990.

⁸ Carlsen, *Vilici and the Roman Estate managers...*, *op.cit.*, p.68.

⁹ Dumont, Jean Christian. "La villa esclavagiste ?" *Topoi* 9, nº 1, 1999.

¹⁰ El Bouzidi, Said "Le vocabulaire de la main-d'oeuvre dépendante dans le *De Agricultura*: pluralité et ambiguïté". *Dialogues d'Histoire Ancienne*, v.25, nº 1, 1999. p.75.

A *uilica* sempre foi identificada como a esposa do *uilicus*. As excelentes traduções de Catão e Varrão para o português, feitas por Matheus Trevizam, por exemplo, traduzem o termo por “esposa do administrador”¹¹. Porém, em um convincente artigo, Ulrike Roth ataca severamente o que ela chama de uma pré-concepção acrítica. Segundo a historiadora austríaca, a visão androcêntrica dominante (tanto em nossa sociedade quanto no mundo dos autores das nossas fontes) impediu a historiografia de estudar a *uilica* em seus próprios termos. Todos os estudos dedicados a *uilla* sempre relegaram a *uilica* a um status associativo – isto é, torna-se uma *uilica* a mulher que casar com o *uilicus* ou a mulher do escravo que se tornar um *uilicus*¹². Como Roth mostra, existem pouquíssimos indícios que nos permitiriam referendar essa visão, e todos eles são extremamente frágeis. Em Varrão, não há qualquer passagem que permita identificar a *uilica* como mulher do *uilicus*. Em Catão, há uma instrução clara sobre o *uilicus* ter que aceitar a *uilica* como esposa (Catão, *De Agri Cultura*, CXLIII.1, porém isto pode ter duas interpretações possíveis. Partindo do pressuposto que a *uilica* é necessariamente a mulher do *uilicus*, poderíamos pensar que Catão está indicando a possibilidade de o senhor escolher a escrava que casará com o *uilicus*, e por conseguinte se tornará a *uilica*. Porém, Roth indica uma interpretação muito mais verossímil: Catão está indicando a possibilidade de obrigar o *uilicus* e a *uilica* de uma propriedade, que já teriam estes cargos independentemente de qualquer união conjugal, de se casarem um com o outro¹³.

Em Columella, Roth identifica uma passagem significativa (Columella, *De Re Rustica*, XII.I.1-2) na qual se faz menção aos esposos do *uilicus* e da *uilica* utilizando para ambos o termo *contubernalis*, e sem qualquer referência ao fato de que eles seriam o tal *contubernalis* um do outro¹⁴. Em outras fontes literárias, Roth demonstra, nunca há a idéia de que a mulher do *uilicus* é a *uilica*: por exemplo, na peça *Casina*, de Plauto, a escrava que dá nome a peça é cortejada por um *uilicus*, e em nenhum momento a possibilidade de casar-se com este leva a menção de que *Casina* se tornaria uma *uilica*¹⁵.

Contudo, são as fontes epigráficas que sustentam com mais força a hipótese de Roth de que a *uilica* não era necessariamente a esposa do *uilicus*. Em 194 inscrições encontradas na Itália existem referências a *uilicus*, e apenas seis mencionam a *uilica*,

¹¹ Trevizam, Matheus. *Linguagem e Interpretação na Literatura Agrária Latina*. Tese de Doutorado, Universidade de Campinas, 2006.

¹² Roth, Ulrike, “Inscribed Meaning: The *Vilica* and the *Villa* Economy”. *Papers of the British School at Rome*, vol.LXXII, 2004, p.102-103.

¹³ *Ibidem*, p.112.

¹⁴ *Ibidem*, p.111-112.

¹⁵ *Ibidem*, p.113.

sendo que duas destas mencionam *uilicus* e *uilica*. De todas essas 198 inscrições, 45 falam em parceiras do *uilicus* ou parceiros da *uilica*. Em todo este *corpus* documental, apenas duas inscrições, aparentemente, se referem ao *uilicus* e a *uilica* como um casal. Por outro lado, uma inscrição se refere ao esposo da *uilica* sem chamá-lo de *uilicus* e 42 inscrições se referem a esposa do *uilicus* por termos diversos (*coniunx*, *conserva*, *contubernalis*, *uxor*, entre outros) que não *uilica*. É possível que algumas dessas esposas indicadas como *coniunx*, *conserva* ou outros termos fossem *uilicae*, mas como argumenta Roth, isso não é muito provável. Dentro da tradição epigráfica romana, a ostentação de títulos ligados a ofícios que garantiam destaque dentro do grupo social em que os mencionados viviam, como seria o caso de uma *uilica*, era extremamente recorrente, e não faria sentido, neste contexto, que tantas *uilicae* desprezassem a possibilidade de utilizar tal título nas inscrições.

Acima de tudo, porém, mesmo em uma das inscrições em que *uilicus* e *uilica* são identificados como um casal, podemos perceber que esta realidade não era necessária e óbvia. O texto inscrito na estela funerária erguida pelo *uilicus* Felix em homenagem a sua esposa Veneria indica a homenageada tanto como *uilica* de uma propriedade como *coniunx* de Felix. Isto é, o título *uilica* não foi utilizado para determinar que Veneria era esposa de Felix – sua presença se devia a identificação do ofício e do *status* da homenageada, e sua condição de esposa era identificada por outro termo, *coniunx*¹⁶.

Como se pode perceber pelos dados apresentados por Roth, não é o caso de questionar a existência de unidades familiares compostas pelos escravos a partir da ideia de que *uilicus* e *uilica* não serem necessariamente um casal. Muito pelo contrário, está claro que *uilicus* e *uilica* usualmente constituíam famílias e, como argumenta Roth em outros trabalhos, é bem provável que os escravos que não estavam em posição de chefia também constituíam famílias. Varrão trata o tema da presença de famílias escravas na *uilla* como ponto pacífico, um tema que não precisa de maiores discussões (Varrão, *De Re Rustica*, II.X.6).

Roth acredita que os estudos sobre a figura da *uilica* devem se focar em suas funções, que devemos entender a *uilica* como um ofício. Ela acredita que a *uilica* era responsável por comandar o trabalho feminino da propriedade rural, que seria fundamental no que ela chama de “setor industrial” da economia da *uilla*, isto é, a produção manufatureira de tecidos e outros tipos de produtos na sede da *uilla* – que

¹⁶ *Ibidem*, p.105-110.

segundo Roth é severamente subestimada nas análises modernas sobre a economia da *uilla*¹⁷. A ausência de menções a esse setor da produção dentro das propriedades romanas, segundo Roth, tem relação com o próprio apagamento do papel das mulheres na sociedade e consequente silenciamento sobre suas atividades. Em convergência com esta avaliação, Annelisa Marzano aponta também que os tratados tem como tema a agricultura, no caso de Catão, ou “as coisas do campo”, no caso de Varrão e Columela, o que faria os autores deliberadamente silenciarem sobre atividades que ocorrem nas propriedades rurais mas que não são associadas diretamente com a agricultura, no primeiro caso, ou com as coisas tipicamente campestres, nos outros dois¹⁸.

Para além das funções desempenhadas pela *uilica* silenciadas pelas fontes, podemos perceber algumas questões nos textos antigos. Catão demonstra três grandes preocupações quando trata da *uilica*. A primeira é regular e controlar as relações sociais da *uilica* com a vizinhança. Ele demonstra a mesma preocupação com o *uilicus*. Sempre que se refere à relação do *uilicus* e da *uilica* com os vizinhos, Catão parece obcecado em impedir que relações autônomas entre estes se estabeleçam. O *uilicus* só deve considerar amigos os amigos do senhor, só dar ouvidos a quem foi ordenado que desse, não comprar nada sem que o senhor saiba, não emprestar nada sem ordens do senhor e não ter comensais. A *uilica* não deve ter intimidade com as vizinhas e outras mulheres e não as pode receber na sede ou as ter junto a si, assim como não deve deixar a sede para banquetear-se nem ficar passeando. Tudo isto mostra uma clara tentativa de disciplinarização das relações sociais destas figuras de chefia, acredito que com o objetivo de isolá-los da comunidade.

O *uilicus* e a *uilica* concentram, de fato, uma grande quantidade de recursos em suas mãos. Assim, é razoável imaginá-los utilizando tais recursos em seu proveito. A historiografia não esteve insensível a esta questão, porém, focou excessivamente as possibilidades de ganhos financeiros do *uilicus* através de ações independentes do controle do senhor¹⁹. Para além dessa questão financeira, porém, acredito que o texto deixa claro que ainda mais importante para Catão é evitar o “desvio” de recursos sociais na construção de relações sociais com a comunidade vizinha à *uilla*. A *uilla* caracteriza-

¹⁷ *Ibidem*, p.103-105.

¹⁸ Marzano, Annelisa, *Roman Villas in Central Italy. A Social and Economic History*. Leiden e Boston: Brill, 2007

¹⁹ Carlsen, *Vilici and the Roman Estate managers...*, p.74 e 85; Seergenko, M.E., “Vilicus”. In: Izabela Biezunska-Malowist (org.), *Schiavitù e Produzione nella Roma Repubblicana*. Roma: L’Erma di Bretschneider, 1986, p.198-203.

se por um tipo de inserção específico no mundo rural, criando relações sociais singulares com a comunidade que garantem ganhos econômicos, sociais e políticos para a aristocracia urbana. A preocupação de Catão nessas considerações sobre o *uilicus* é disciplinarizar a atuação social deste *uilicus* para conseguir que, de fato, a *uilla* seja esta forma específica de inserção do poder supra-local na comunidade rural.

Controlando recursos diversos (como sementes, reservas de alimento, dinheiro, instrumentos, escravos, entre outros) o *uilicus* e a *uilica* poderiam utilizá-los para garantir uma posição social de grande destaque e poder junto à comunidade. O que Catão tenta fazer é impedir que eles utilizem estes recursos de maneira autônoma. As redes sociais pelas quais estes recursos circularão não podem ser criadas e controladas por eles, devem ser rigidamente controladas pelo senhor. Nas considerações sobre a *uilica*, especificamente, acaba havendo uma sobreposição dessa questão de exploração de classe com uma questão de gênero: a *uilica*, enquanto mulher, é submetida a ainda maiores controles por parte do próprio senhor e, adicionalmente, tem que se submeter ao controle do próprio *uilicus*.

Obviamente, entre os desejos de Catão e a realidade cotidiana deveria haver uma distância considerável, que inclusive deveria variar bastante caso a caso. Certamente os *uilici* e *uilicae* deveriam desempenhar papéis sociais de destaque junto às comunidades, que os senhores certamente buscavam disciplinar para conseguir os utilizar para seu próprio benefício.

A segunda preocupação que Catão demonstra com a *uilica* é disciplinarizar a relação da *uilica* com o sagrado. Mais uma vez, o mesmo é apontado em relação ao *uilicus*. Tenta-se proibir que o *uilicus* realize cultos a seu bel-prazer, apenas aqueles chancelados pelo senhor, nas encruzilhadas, nas Compitais, ou diante do altar poderiam ser realizados. Assim, pretende-se disciplinarizar a atuação do *uilicus* nos rituais religiosos, certamente um aspecto importantíssimo da sociabilidade no campo, e mesmo do que poderíamos chamar de forças produtivas ideais (já que o próprio Catão destaca a importância de sacrifícios e oferendas aos deuses para a boa realização das atividades agro-pastoris, como em *De Agri Cultura*, CXXXIV, CXXXIX, CXL e CXLI). As proibições à *uilica* se referem à realização de sacrifícios, mostrando um papel central no campo do sagrado.

Por fim, existe uma preocupação em determinar atividades relacionadas a manutenção da sede e com o preparo de alimentos, tanto para o senhor quando em visita, quanto para a escravaria da casa. No tratado de Catão, existe uma série de recomendações

sobre como fazer diversas atividades, que incluem uma série de receitas. Neste tratado, nada relaciona direta ou indiretamente a realização destas receitas com a *uilica*. Contudo, Columela faz essa associação diretamente, listando diversas receitas no livro dedicado à *uilica* (Columela, *De Re Rustica*, XII.IV-LVII). É interessante perceber como Columela faz uma releitura do modelo tradicional de tratado sobre o campo fazendo essa associação entre o trabalho feminino e a realização destas receitas.

Olhando para o tratado de Columela especificamente, pode-se identificar a mesma preocupação com o controle socio-espacial sobre a *uilica*: ela não deve sair de casa (Columela, *De Re Rustica*, XII.I). Contudo, a forma como Columela constrói esta prescrição, associando-a com uma série de recomendações sobre características morais que a escolhida para a posição de *uilica* deveria ter, indicam que sua questão central aqui é menos de organização da exploração de classe e mais a imposição de um modelo de mulher definido pelas relações de gênero de sua sociedade. Reforça essa percepção a forma como Columela prescreve o cuidado da casa pela *uilica*, muito mais preocupado com a boa gestão doméstica do que com o uso desviante desses recursos (Columela, *De Re Rustica*, XII.II).

No tratado de Catão, chama a atenção o fato de nenhuma das obrigações da *uilica* tratar da relação pessoal com o resto da escravaria, com exceção do *uilicus*, o que pesa contra a hipótese de a *uilica* exercer o papel de administradora do trabalho de outras escravas, imaginado por Roth. Mesmo em Columela, em que a *uilica* aparece se relacionando com os escravos, essa relação está inserindo na gestão do espaço doméstico, evitando que escravos fiquem dentro de casa se têm tarefas a realizar e cuidando dos escravos que estão enfermos (Columela, *De Re Rustica*, XII.I). Obviamente, este ponto pode estar submetido aos silêncios impostos por aspectos ideológicos da composição do tratado. Se devemos concordar com Roth sobre o fato de a *uilica* não ser *necessariamente* a esposa do *uilicus*, também há de se perceber que sua figura aparece no texto como uma espécie de substituta da senhora na administração da propriedade. Assim, as obrigações da *uilica* listadas por Catão podem estar submetidas às concepções que os homens da aristocracia romana tinham sobre a atuação das mulheres na administração da *domus*, que não coincidia necessariamente com a realidade da importância da atuação destas mulheres.

Essa hipótese é reforçada pela longa consideração que Columela faz no prefácio do livro dedicada à *uilica* sobre a divisão sexual do trabalho, entre homens que fazem o trabalho exterior à casa e as mulheres que fazem o trabalho interno à casa (Columela, *De*

Re Rustica, XII.Praef.). A forma como esse prefácio acaba por determinar todas as escolhas de abordagem nos capítulos seguintes deixam claro que mais do que um tratado sobre as funções econômicas e sociais da *vilica*, esses capítulos são o esforço de fortalecimento de um padrão do que é ser mulher na sociedade romana a partir da visão de um homem da classe dominante. Isso deixa bastante aberta a possibilidade de que estes tratados silenciam bastante sobre a realidade econômica dessas mulheres escravizadas em posição de chefia com o objetivo de reforçar um determinado ideal de mulher. Porém, esta hipótese só poderia ser testada em um trabalho de maior fôlego sobre o papel das mulheres em papéis de chefia e administração no mundo romano e a forma como tais papéis eram retratados pelos homens de sua época.

Bibliografia

- Carlsen, Jesper. *Vilici and Roman Estate Managers until AD 284*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 1995,
- Dumont, Jean Christian. “La villa esclavagiste ?” *Topoi* 9, nº 1, 1999.
- El Bouzidi, Said “Le vocabulaire de la main-d’oeuvre dépendante dans le *De Agricultura*: pluralité et ambiguïté”. *Dialogues d’Histoire Ancienne*, v.25, nº 1, 1999.
- Garcia MacGaw, Carlos. “The Slave Roman Economy and the Plantation System”. In Laura Graca e Andrea Zingarelli (org.). *Studies on Pre-Capitalist Modes of Production*. Leiden: Brill, 2015.
- Kolendo, Jerzy. *L’agricoltura nell’Italia romana: tecniche agrarie e progresso economico dalla tarda repubblica al principato*. Roma: Riuniti, 1980
- Lara, Silvia Hunold. *Campos da Violência. Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1988
- Maróti, Egón, “The Vilicus and the Villa-System in anient Italy”. *Oikumene*, vol.1, 1976.
- Marzano, Annelisa, *Roman Villas in Central Italy. A Social and Economic History*. Leiden e Boston: Brill, 2007.
- Beare, Rhona, “Where Bailiffs ever free Born?”. *The Classical Quaterly*, Vol.28, nº 2, 1978.
- Roth, Ulrike, “Inscribed Meaning: The *Vilica* and the Villa Economy”. *Papers of the British School at Rome*, vol.LXXII, 2004
- Seergenko, M.E., “Vilicus”. In: Izabela Biezunska-Malowist (org.), *Schiavitù e Produzione nella Roma Repubblicana*. Roma: L'Erma di Bretscheneider, 1986

Trevizam, Matheus. *Linguagem e Interpretação na Literatura Agrária Latina*. Tese de Doutorado, Universidade de Campinas, 2006.

Walter Scheidel, “Free-Born and Manumitted Bailiffs in the Graeco-Roman World”. *The Classical Quaterly*, Vol.40, nº 2, 1990.